

## Didática da História em Jörn Rüsen e as HQs como recurso pedagógico: refletindo sobre gênero e escravidão a partir do caso da cativa Luíza

*Didactics of History in Jörn Rüsen and comics as a pedagogical tool: reflecting on slavery and gender from the case of the captive Luíza*

Joyce Conceição de Mesquita,<sup>1</sup> UFRPE

### Resumo

Por muito tempo as Histórias em Quadrinhos foram consideradas um formato externo ao universo acadêmico, sendo deixadas de lado por seu caráter lúdico e mais acessível. Com base na Didática da História de Jörn Rüsen, este trabalho busca desmistificar o uso das HQs como ferramenta pedagógica no Ensino de História, promovendo o acesso a narrativas visuais e o desenvolvimento de habilidades críticas essenciais à formação histórica. A pesquisa resultou na criação da HQ “Luíza: reflexões sobre a questão da mulher negra no Brasil”, que retrata a vivência de uma escravizada doméstica no Recife oitocentista, suas resistências e redes de sociabilidade. Paralelamente, reflete sobre questões de racismo e sexismno no Brasil atual, apontando semelhanças com o século XIX. O formato HQ foi escolhido por suas potencialidades educacionais e capacidade de expandir debates acadêmicos, alinhando-se ao campo da História Pública.

**Palavras-chave:** Ensino de História; Didática da História; História em Quadrinhos; Escravidão.

### Abstract

For a long time, Comics were considered a format external to the academic universe, sidelined due to their playful and more accessible nature. Based on Jörn Rüsen Didactics of History, this work seeks to demystify the use of comics as a pedagogical tool in History teaching, promoting access to visual narratives and the development of critical skills essential for historical education. The research led to the creation of the comic “Luíza: reflections on the issue of black women in Brazil”, which portrays the experiences of a domestic slave in 19th-century Recife, her resistance, and her networks of sociability. In parallel, it reflects on issues of racism and sexism in contemporary Brazil, highlighting similarities with the 19th century. The comic format was chosen for its educational potential and its ability to expand academic debates, aligning with the field of Public History.

**Keywords:** Teaching History; History Didactics; Comics; Slavery.

### Introdução

Quando ingressamos no mestrado profissional em história, uma das minhas primeiras preocupações foi sobre o formato a ser escolhido para o produto final.<sup>2</sup> Desde o inicio

<sup>1</sup> Doutoranda e bolsista CAPES pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Integrante da equipe técnica do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígena (NEABI - Unicap), do Instituto Ubuntu de Estudos Africanos e Diaspóricos da UNICAP, dos Grupos de Estudo e Pesquisa Transdisciplinares em História Social e (GEPHISO) História do Oitocentos e do Grupo de Pesquisa Educação e Quadrinhos ligado à Universidade Federal de Pernambuco.

tínhamos muito claro o tema, as fontes, os objetivos, mas como aplicaríamos tudo àquilo à atuação profissional, à parte do ambiente acadêmico? Queremos dizer, num sentido prático da coisa, não citando as reflexões de pesquisa em uma aula aqui ou acolá, mas de forma que o que estava a ser desenvolvido pudesse realmente ganhar o mundo, ser compartilhado, utilizado. A escolha pelo formato das HQs passou longe de ser a primeira opção. Inicialmente havíamos optado pelo formato de cartilha, pois, na ignorância, acreditávamos ser o mais adequado a um recurso didático. Acontece que para além do contato com os “*gibis*” da Turma da Mônica quando criança, nossa experiência com o gênero era bem escassa. Até que um dia, em uma das incontáveis reuniões de orientação, uma questão nos foi colocada: “Por que não uma HQ?” e aquilo ressoou em pensamento. A partir dali, iniciava-se a saga de um dos maiores desafios acadêmicos da nossa trajetória;

Por meio de um árduo levantamento bibliográfico do qual buscamos familiarizar-nos, ficou mais do que evidente a ampla gama de possibilidades que as HQ’s proporcionavam como recurso didático, especialmente para o ensino de história. Dentre elas, e como bem apontado por Lima (2017), nos saltaram aos olhos a sua capacidade de:

Ilustrar ou fornecer uma ideia de aspectos da vida social de comunidades do passado; para serem lidas e estudadas como registros da época em que foram produzidas; [e] para serem utilizadas como ponto de partida de discussões de conceitos importantes para a História (Lima, 2017, p. 153).

No que diz respeito a sua historização, as HQs emergiram no século XIX juntamente com a concepção moderna de escola e como resultado da Revolução Industrial, tendo em vista que o período possibilitou o avanço das técnicas de impressão e o aumento do índice de alfabetização em resposta às necessidades dos filhos das classes trabalhadoras. Primeiramente, estiveram restritas às tiras de jornais, depois ganhando produções exclusivas e oferecendo melhores condições quanto à variação do número de quadros, do tamanho e da forma. No Brasil, tiveram como principal representante Ângelo Agostini responsável por criar as *As aventuras de Nhô Quim* que veio ao ar na revista *Vida Fluminense* ainda em 1869.

Para além do uso didático, as HQ’s passaram a servir como importantes canais de propagação de acontecimentos desde a década 1930. À época, Adolfo Aizen, proprietário da

---

<sup>2</sup> Diferentemente de mestrados estritamente acadêmicos, nos mestrados profissionais além de um relatório (o que se assemelha a uma dissertação) é cobrado um produto a ser aplicado em sua área de atuação. No meu caso, no âmbito da educação.

EBAL<sup>3</sup>, inauguraría uma série de publicações como forma de alavancar o gênero frente à relutância por parte de educadores e demais setores sociais.

Aizen decidiu se aproximar dos críticos para mostrar o quanto havia de ideias preconcebidas sobre quadrinhos [...] ele fizera alguns lançamentos com o objetivo de mostrar que os quadrinhos, quando traziam temas educativos em linguagem atraente [...] poderiam ser usados como complemento na formação escolar. Entre 1939 e 1940. Aizen produziu os álbuns Grandes Figuras do Brasil. Em dois volumes. A ideia de álbum surgiu enquanto se debatia a série de artigos do Padre Arlindo Vieira contra os quadrinhos. O editor esperava que, ao usar os quadrinhos para ajudar [...] a conhecer a história do país e seus principais personagens (Júnior, 2004, p. 122).

Daí em diante outras produções foram alavancadas pela editora como a biografia de Tiradentes (1959) da série *Grandes Figuras em Quadrinhos*; *Casa-Grande e Senzala* (1861) – importante adaptação da obra de Gilberdo Freyre (1933); e *A Independência do Brasil em Quadrinhos* (1972).<sup>4</sup> Mas os primeiros livros didáticos a se utilizarem do gênero foram produzidos por Julierme de Abreu e Castro, ainda na década de 1970, quando os livros passaram a contar com mais imagens em suas páginas como estratégia de tornar o ensino mais atraente ao aluno frente à popularização da televisão<sup>5</sup>. Posteriormente, séries como *Redescobrindo o Brasil* (1984), produzida por Lilia Moritz, foram introduzindo aos poucos uma utilização do material de forma mais crítica, de modo a não servirem apenas como meras ilustrações.

Atualmente, são várias as pesquisas que se valem do gênero no campo da História, principalmente diante a crescente dinâmica historiográfica que reivindica a inclusão de novos meios de comunicação no ambiente educacional a partir da diversidade de abordagens (Rocha, 2015). Nesse contexto, apontamos para nossa dissertação que tem por título *O homicídio da escravizada Luíza: um estudo de caso sobre as relações de poder e sociabilidade no Recife oitocentista* (2022) como uma das pesquisas que buscam extrapolar o

<sup>3</sup> Editora Brasil-América Limitada.

<sup>4</sup> “Aqui, entendemos a importância das produções da EBAL para o ensino da História mais como um indispensável canal de acesso às representações em torno de determinado fato histórico do que o fato histórico em si. É importante compreender a produção das narrativas atreladas a seu tempo, de acordo com os interesses de quem as produziu e as finalidades as quais se destinavam” (Mesquita, 2022, p. 34-35).

<sup>5</sup> Após esses primeiros passos no mercado editorial brasileiro, outras iniciativas foram surgindo também nesse sentido, como: “A série Redescobrindo o Brasil, lançada pela editora Brasiliense, e duas coleções “irmãs”, História do Brasil em Quadrinhos e História Mundial em Quadrinhos, ambas lançadas pela Escala Educacional. A série da Brasiliense contou com dois volumes: Da colônia ao Império: Um Brasil pra Inglês ver e latifundiário nenhum botar defeito, [...] e Cai o Império: República vou ver! [...] ambos escritos por Lilia Moritz Schwarcz, historiadora e professora do Departamento de Antropologia da USP” (Vilela, 2004, p. 130-131, grifos do autor).

ambiente acadêmico por meio de um formato que por muito tempo considerou-se não convencional.

### A Didática Crítica e o uso das HQs na Educação Histórica

Compreendendo a utilização das HQs como recurso educacional no campo da História, buscamos em Jörn Rüsen o entendimento acerca da didática crítica, conceito que ganhou espaço não só na ciência História, mas também na área de Educação. Por esta noção, entendemos a existência de um conhecimento característico, inserido entre uma epistemologia histórica e metodologias de aprendizagem.

O ensinar e aprender história são da alçada de uma disciplina especializada [...]. Essa disciplina se desenvolveu como campo acadêmico autônomo, com debates teóricos e métodos de pesquisa próprios, que não podem mais ser ignorados pela academia (Rüsen, 2015, p. 247).

Acreditamos que a utilização de qualquer material que sirva de aporte ao processo de ensino-aprendizagem deve ser precedida pela compreensão de uma prática docente que alinhe a operação intelectual do aluno, correlacionando-a ao objeto de análise/conteúdo. Um professor de história que almeje empregar uma HQ em classe, por exemplo, deve ter em mente de como efetuar uma “formação histórica” levando em consideração a criação de competências que articulem o saber científico e a prática social de quem aprende. Ou seja, pensar sobre Ensino de História requer, primeiramente, pensar sobre como se efetua seu método de aprendizagem.

Para Rüsen, o ponto de partida deve ser a noção de uma mobilização de conhecimentos específicos; estes, por sua vez, demandam uma prática docente, carregada de elementos igualmente específicos, o que tornam necessárias reflexões e metodologias próprias. Em segundo lugar, o aprendizado histórico remete aos processos de constituição de sentidos – apropriação subjetiva – realizado pelo aluno/aprendiz a partir de suas experiências no tempo presente e do seu gradativo conhecimento sobre a memória histórica – ciência, apropriação objetiva. Neste sentido, a atividade docente também é mediada por condicionantes do tempo presente, como a leitura e concepção sobre o passado, fazendo-se igualmente indispensável as concepções do momento em que ocorreu determinado fato histórico ou a produção sobre ele. Dito isto, o tempo presente é o ponto de partida que condiciona as reflexões. Rüsen enfatiza, ainda, que o aprendizado histórico deve ser norteado e ter a função social de promoção de uma consciência histórica. A efetivação da aprendizagem conforma-se ao processo consciente de subjetivação do passado, que proporciona, igualmente, a autocompreensão na realidade social na constituição histórica de cada indivíduo e na preparação para a vida prática (Mesquita, 2022, p. 35-36).

As operações cognitivas de aprendizagem são divididas em etapas. A primeira, experiência, corresponde ao processo de ampliação do conhecimento sobre as experiências humanas no passado (historiografia e memória) e no presente (realidade social de quem aprende) através do empirismo e do ensino (didática). A segunda, interpretação, quando se comprehende de maneira subjetiva – de forma gradual –, o que gera a constituição de sentidos a dimensões específicas do presente e passado. A terceira e última, a orientação, representa o momento em que a consciência histórica está satisfatoriamente desenvolvida (Rüsen, 2007). Aqui se vê a aplicação do conhecimento histórico na vida prática.

A “formação histórica” corresponde ao processo didático voltado para desenvolver competências de articulação entre o saber científico específico da história e os seus usos na prática. [...] O ensino, portanto, deve ser direcionado para a construção de uma representação do mundo e com a identificação das carências de orientações no tempo presente para a vida prática. A formação histórica também funciona como complementar, crítica à compreensão excessivamente técnica e sensível às problemáticas vivenciadas no tempo presente (Mesquita, 2022, p. 37).

Foi através da compreensão sobre a didática crítica que pensamos na utilização das HQ's como recurso pedagógico da “formação histórica” para além das salas de aula. Ao objetivarmos oferecer um material que ajudasse o público alvo a mergulhar nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais do Recife oitocentista, partimos do crime de assassinato ocorrido em 15 de dezembro de 1863 e cometido contra a cativa Luíza para refletirmos sobre alguns aspectos que perpassam não só a utilização de documentos jurídicos na produção da narrativa histórica, mas sobre o cotidiano de sujeitos tidos como subalternizados, suas táticas de resistência e o lugar da mulher negra nessa sociedade.

Tal proposta visou contribuir com o campo da História Pública, dada “a necessidade de os historiadores acadêmicos assumirem a importância da dimensão pública de sua atividade, ultrapassando os muros da academia para cada vez mais tomar parte, como especialistas, nos debates de interesse público” (Malerba, 2014, p. 43). Ademais, ao desempenharem um papel ativo na mediação do conhecimento histórico acadêmico e o público geral, não apenas tornam a ciência mais acessível e relevante socialmente, mas promovem uma compreensão mais ampla e crítica dos eventos passados e presentes. Nesse contexto, ao produzirmos uma HQ que tem como ponto de partida o assassinato de uma escravizada, buscamos lançar subsídios para o entendimento sob quais circunstâncias encontram-se as mulheres negras na atualidade.

## A História em quadrinhos intitulada “*Luíza: Reflexões sobre a questão da mulher negra no Brasil*”

Antes de qualquer coisa, torna-se importante salientarmos um quesito: a HQ que se chamou “*Luíza: Reflexões sobre a questão da mulher negra no Brasil*” é uma produção científica que cumpriu com todos os requisitos necessários e com isso queremos dizer que para que chegássemos ao resultado final, executamos uma série de procedimentos que se tornaram imprescindíveis. Somente após a transcrição e análise do processo criminal do assassinato da cativa, do tratamento das fontes periodísticas, do levantamento e leitura da literatura especializada, juntamente com a teoria, é que foi possível idealizar o roteiro de nossa narrativa histórica em formato de HQ.

No primeiro momento, procuramos entender sobre os processos de elaboração das HQs que obedece a algumas etapas, a saber: roteirização, diagramação, desenho, baloneamento, colorização, montagem e, por fim, a distribuição. Apropriar-se desses passos foi de fundamental importância para que a pesquisa fosse readequada ao formato.

Todos os detalhes foram pensados e executados por nós, com exceção da produção dos desenhos. As ilustrações foram produzidas por George Uamirim Rodrigues da Silva, designer gráfico e ilustrador que seguiu a roteirização com afinco e baseou-se em documentos como pinturas, litogravuras, diários de viagens, etc. É importante destacarmos que o processo de ilustração foi acompanhado a cada instante para que se evitassem anacronismos ou outras retratações que não condizem com os documentos históricos. Daí a importância de um profissional de história envolvido em produções que se destinam a espraiar-se em outras temporalidades.

**Ilustração 1** – Primeiro desenho da escravizada Luiza produzido pelo ilustrador



Fonte: SILVA, George Uamirim Rodrigues da, 2022. Rascunho da escravizada a partir de uma primeira conversa com o ilustrador. Nela, observa-se Luíza deitada e parcialmente despida. O desenho foi uma tentativa de reencenar como a personagem foi encontrada na cena do crime.

Na primeira imagem (Ilustração 1), observamos que, apesar de o ilustrador ter se empenhado em tentar desenhar Luiza, fica evidente a falta de noção, dada a ausência de caracterização das vestes e pelo próprio cabelo solto; sabemos que escravizadas afro-brasileiras utilizavam torços em suas cabeças por inúmeros fins, que iam desde manter o equilíbrio do Orí a protegerem-se para evitar machucados ao carregarem algo como: água, madeira e tabuleiros (no caso das negras de ganho). A utilização do torso também estava ligada à proteção do cabelo durante o preparo das alimentações, tarefa corriqueira de uma escravizada doméstica. Já na segunda imagem produzida (Ilustração 2) observa-se uma versão atualizada e aproximada dos documentos. Sua confecção só foi possível através do envio de referências ao ilustrador.

**Ilustração 2 – Segundo desenho da escravizada Luiza produzido pelo ilustrador**

Fonte: SILVA, George Uamirim Rodrigues da, 2022. Rascunho da escravizada feito pelo ilustrador após maior familiarização com o tema.

Em homenagem a Luíza, cuja história serve como nossa principal fonte de inspiração, o quadrinho leva seu nome e dispõe de uma representação de seu perfil na capa. Com exatamente 72 laudas, está dividida em cinco tópicos que vão desde a introdução, passando pelo que era ser uma escravizada doméstica no Recife da segunda metade do século XIX, ao crime, julgamento que inocentou o seu senhor e ponderações acerca das permanências históricas. Além disso, para reforçar ainda mais o seu caráter científico, ao final da HQ os leitores podem encontrar alguns documentos que foram utilizados na análise (como jornais e peças processuais), a sequência temporal dos episódios e enxertos bibliográficos que podem ser utilizados em sala de aula ou servirem de caminho a seguir aos que tiverem curiosidade sobre os temas tratados. Optamos por tais medidas não só para que o produto ficasse o mais completo possível, mas para reafirmar o caráter científico frente a qualquer pretensão de diminuição do gênero.

No primeiro capítulo, buscamos fazer a introdução por meio da figura de uma docente da contemporaneidade, que motivando os discentes a refletirem sobre as questões de raça e gênero do Brasil atual, faz uso da cidade do Recife no século XIX e ao sucedido a Luíza. Partindo da configuração espacial e social da cidade nesse período<sup>6</sup>, objetivamos familiarizar

<sup>6</sup> Na introdução apresentamos Recife como uma das cidades que mais recebeu cativos no contexto do tráfico atlântico, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro e Salvador. Por ter absorvido boa parte da mão de obra proveniente do comércio negreiro, era possível observar a presença desses cativos desempenhando diferentes

o leitor ao ambiente em que a personagem está inserida. Passado este primeiro momento, optamos por apresentar a cativa<sup>7</sup> em meio ao seu cotidiano enquanto “fujona”<sup>8</sup> que residia na freguesia de Afogados, delimitando as diferenças da escravidão urbana e rural.

Por ser uma cativa doméstica do âmbito urbano, sua mobilidade social e aproximação com as ruas compostas de uma população majoritariamente negra e mestiça abriu espaço para que ela empreendesse diversas tentativas de fugas. Da imagem que se segue (Imagem 1) vê-se justamente esses elementos.

---

atividades por toda cidade, a exemplo dos canoeiros – trabalho especialmente caro à dinâmica social já que a própria dinâmica do Recife era ditada pelos rios Capibaribe e Beberibe (CARVALHO, 2010). Contudo, ao apresentarmos a presença marcante desses agentes buscamos esclarecer um ponto: de acordo com os censos da época, o número da população cativa nunca ultrapassou o número da população livre. Portanto, Recife possuía uma população majoritariamente negra, mas não escravizada. Da dinâmica espacial, nos dedicamos a apresentar os seus principais bairros e contrastes, a exemplo do Santo Antônio e o São José, sendo o último ligado à freguesia de Afogados, onde Luíza residia. Do contraste observamos que enquanto o primeiro que localizava-se na parte norte da cidade possuía os símbolos da modernidade ligados ao divertimento e governança (como o Teatro Santa Izabel e o Palácio do Governo), São José era composto de uma população em sua maioria negra que ficava perto de um dos maiores símbolos do trabalho braçal (o Porto do Recife) e de punição (a Casa de Detenção). Tal configuração se faz importante para entendermos em que contexto Luíza estava inserida.

<sup>7</sup> Como a pesquisa teve como base um processo criminal, tivemos certa dificuldade em angariarmos informações mais pessoais, visto que a narrativa se concentra no crime e no julgamento. Entretanto, sabemos que Luíza era uma mulher negra que atuava no contexto doméstico, em determinada região do Recife e que constantemente afrontava a posse de seu senhor ao fugir corriqueiramente. Dito isto, não é errado supormos que por ser uma cativa doméstica do âmbito urbano Luíza tivesse usado a mobilidade espacial em seu favor, uma vez que era comum que estes cativos circulassem pelas ruas em busca de feiras, de se livrarem dos dejetos, em busca do concerto de algo... De tudo que garantia a manutenção da casa senhorial. Vivendo na segunda metade do século XIX nas ruas de uma freguesia composta majoritariamente por pessoas negras, não é de se espantar que Luíza tenha tido algum contato com a ideia de insubordinação. Aliás, suas constantes tentativas de fugas indicam que a personagem mantinha uma relação muito próxima a outras pessoas. Se levarmos em consideração toda a configuração histórica que é apresentada na HQ antes de entrarmos no cerne da questão, que é o homicídio, as poucas informações que temos de Luíza por si só atestam sua constante resistência e busca pela liberdade. Infelizmente, e por conta da sua condição de mulher negra cativa, a personagem sofreu as consequências de ter vivido em uma sociedade escravocrata e extremamente racista e sexista.

<sup>8</sup> Diversos depoimentos a retratam como uma escravizada que persistentemente buscava fugir do domínio de seu proprietário. A razão de seu homicídio está ligada a esse fato, conforme evidenciado pela terceira testemunha: “3º testemunha/ Antonio Manuel Bento pardo, casado,/ idade de vinte e cinco annos, sosio de ne-/gócio, natural da Ponte dos Carvalhos/ Freguesia do Cabo e morador no lugar/ do Catucá desta Freguesia dos Affoga-/dos e do costume disse nada, testemunh-/á jurada aos Santos Evangelhos em/ que pos a mão direita e promet/teu diser a verdade do que soubesse q lhe/ fosse perguntado. E sendo inquirido sobre/ ao facto constentes da vistoria e folhas/ cinco deste summario respondeo: respondeo/ que ouvio de Pedro {?} Alves da Silva/ que a preta Luiza, escrava de Luiz Gon/zaga de Senna Faleceo de uma surra/ que seu senhor lhe dera: respondeu mais/ que Luiz Gonzaga de Senna vivia cons-/tantemente a procurar a preta Luiza/ por ser fujona. Nada mais disse e nem/ lhe foi perguntando e não estando presen-/te o réo Luiz Gonzaga de Senna, por estar/ ausente decide por findo este depoimen-/to, que depois de lido e o acha confor-/me assignou por elle testemunha por/ não saber escrever Manuel Camello/ Pessoa com o Juiz do que de tudo/ dei fé. Eu Damião Antonio de Alcan-/tara Escrivão interino o escrevi/ Moraes e S.a / M. P. Camello Pessôa./ Certifico que [ilegível] testemunha Anto-/nio Manuel Bento e que no espaço de um ano sendo de mudar-se ou/ fazer algzuma viagem que dê parte/ a este juízo, sob penas da lei, do que dou fé/ Affogadoso 29 de janeiro de 1864/ O escrivão/ Damião Antonio de Alcantara” (Memorial de Justiça, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3961-DSC3957).

**Imagen 1 – Capítulo II da HQ “Luíza: reflexões sobre a questão da mulher negra no Brasil”**



Fonte: Acervo próprio, 2022. A imagem contém algumas ilustrações que compõem o segundo capítulo da HQ. Nelas, Luíza aparece frequentando as chamadas “vendas”, além de uma específica que retrata o Quilombo do Catucá.

Com a apresentação da cidade e do cotidiano da cativa envolta nos inúmeros empreendimentos em escapatórias, é o momento de explorarmos o núcleo da narrativa: o assassinato praticado contra Luíza por seu senhor Luíz Senna. Curiosamente, o ocorrido não só foi reportado pelo *Diario de Pernambuco* (Imagen 2), mas por jornais fora da província que denunciavam a severidade do sistema escravista. Aliás, as notícias veiculadas nos periódicos ganharam destaque na pesquisa, pois por meio delas conseguimos obter informações sobre a morte e todo o processo dos dois julgamentos – o que não é de estranharmos se levarmos em consideração que o sucedido foi descrito em libelo acusatório como um “facto que encheu de justa indignação a população d’esta cidade”<sup>9</sup>.

Após a publicação que noticiou o assassinato e o burburinho que encontrou espaço na população local, o capítulo conta com a chegada de investigadores na casa em que se verificou o delito, seguido da inquirição das testemunhas, o recolhimento do senhor à antiga Casa de Detenção do Recife, seu depoimento e acusação pela promotoria.

<sup>9</sup> Fonte: Memorial de Justiça de Pernambuco, processo-crime: homicídio da escravizada Luíza, caixa 258, MD 024, DSC3939.

**Imagen 2 – Capítulo III da HQ “Luíza: reflexões sobre a questão da mulher negra no Brasil”**



Fonte: Acervo próprio, 2022. Recorte da abertura do segundo capítulo que trás consigo um anúncio do Diario de Pernambuco datado de 22 de dezembro de 1863.

Já no capítulo IV, procuramos abordar as sessões judiciais que começaram em 2 de junho, como nos mostra a peça processual denominada “termo de reunião do júri”.<sup>10</sup> Aqui, objetivamos tratar não apenas o funcionamento dessas sessões, mas os argumentos do senhor por ter assassinado sua escravizada e o desfecho por meio da sentença proferida.

**Imagen 3 – Capítulo III da HQ “Luíza: reflexões sobre a questão da mulher negra no Brasil”**



Fonte: Acervo próprio, 2022. A imagem contém algumas ilustrações que compõem o quarto capítulo da HQ. Nelas, o senhor Luís de Gonzaga Senna aparece sendo julgado, jurando com a mão direita e a sala onde sucedeu a sessão. Acompanha uma observação que diz “informações condensadas” pois no processo o senhor fora julgado duas vezes... na HQ condensamos as informações dos dois julgamentos para que a narrativa ficasse mais fluída.

Após o fim das sessões que se estenderam de 1864 a 1865, todos os procedimentos legais foram encerrados em 1866. O senhor, que era reconhecidamente homem branco e de negócios, havia sido considerado inocente por aqueles que também compartilhavam de seus privilégios e que possivelmente também eram proprietários de escravizados ou

<sup>10</sup> Peça processual que registra o início dos trabalhos do júri e narra a sessão do julgamento.

compactuavam com a escravidão. A personagem Luíza, cuja existência e resistência nos inspiram, lança bases para refletirmos sobre os desafios enfrentados por mulheres negras na sociedade brasileira contemporânea, partindo do pressuposto de que as referidas ocupam desde o período colonizador o estrato mais inferiorizado na hierarquia social. Lélia Gonzalez, importante intelectual do movimento negro brasileiro, foi talvez quem melhor se debruçou sobre a questão. As reflexões trazidas em suas produções, e que datam mais de três décadas, foram pioneiras no campo dos estudos de gênero e raça à época e ainda hoje – por sua relevância – fundamentam diversos estudos que tomam a mulher negra como tema de investigação.

Gonzalez tratou do tema da exclusão da mulher negra no Brasil ao longo de seus escritos, nos quais afirmava a necessidade de um entendimento dos problemas de gênero associados à questão racial, tão determinante nas políticas e relações sociais no país. A teórica aponta que a situação da mulher negra e do povo negro em geral na sociedade brasileira remonta ao período da escravidão, enfatizando que a miscigenação, tão exaltada por Gilberto Freyre e outros autores como símbolo da democracia racial, na verdade é fruto da violação sexual das mulheres negras (Saraiva, 2020, p. 86).

No que diz respeito à democracia racial, a autora argumenta que o Brasil enquanto sociedade igualitária não passa de uma farsa. Antes, esconde um abismo de desigualdades raciais e de gênero, mas que ao serem invisibilizadas justificam a exclusão e marginalização dessas mulheres que ainda são afetadas pela categoria de classe (Portela Júnior; Lira, 2022). Conforme as próprias palavras de Lélia:

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra, pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que os termos “mulata” e “doméstica” são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (Gonzalez, 2020, p. 80).

Suas reflexões nos levam a entender como as estruturas de poder e privilégios construídos ao longo dos séculos ainda impactam a vida das mulheres negras nos dias de hoje, na medida em que escancara como o sistema escravista não apenas podou a liberdade civil dessas mulheres, mas também como perpetuou um legado de desigualdade e discriminação às afro-brasileiras. A mesma que é celebrada, admirada e objetificada sexualmente em períodos

carnavalescos, acaba sendo aquela que desperta antipatia e aversão em outros cenários. Não é à toa que apesar de avanços significativos em várias áreas, mulheres negras ainda enfrentam barreiras substanciais para alcançar a equidade. Ao observarmos o mercado de trabalho, frequentemente ocupam posições de menor prestígio e são menos remuneradas em comparação a outros grupos (Bento, 1995; Abramo, 2006; Ferreira; Nunes, 2019), muitas vezes forçadas a encaminharem-se ao trabalho doméstico. Aqui, não é preciso muito para refletirmos que assim como Luíza foi uma mulher negra escravizada doméstica que sofreu e foi vitimada pela sua condição, mulheres negras do século XIX ainda são empurradas para esse tipo de prestação de serviço e arcam com o saldo do pós-abolição que pode ser visto em diferentes âmbitos sociais.

No que diz respeito à representação política, embora desde 2018 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tenha destinado 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e de tempo em meios formais de comunicação para candidatura de mulheres, e embora se tenha observado um aumento da busca por participação política de mulheres negras após o assassinato da vereadora Marielle Franco, se levarmos em conta todos os cargos reservados as eleições de 2024, apenas 4,3% de mulheres negras foram eleitas.<sup>11</sup> Os dados evidenciam que a presença política dessas mulheres permanece aquém do necessário, restringindo sua capacidade de influenciar as decisões que impactam diretamente suas vidas. Na área da saúde, elas continuam a enfrentar desafios particulares, como maior suscetibilidade a certas doenças, atendimento médico deficiente e, frequentemente, uma maior exposição à violência, tanto em ambiente doméstico quanto no público (Góis, 2011). No campo da educação, a história de resistência e perseverança de mulheres como Luíza nos lembra da importância de promover a inclusão e a equidade. As disparidades no acesso à educação de qualidade e às oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional também revelam a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a promoção da justiça social e racial (Queiroz; Santos, 2016).

A herança escravocrata ainda pode ser percebida através do estigma de inferioridade acerca dessas mulheres que constantemente tem as suas dignidades reduzidas. Levando em consideração toda essa estrutura legada a quem incide as opressões de gênero e raça, partimos da experiência desenvolvida por Luíza enquanto uma cativa doméstica para pensar a vivência

<sup>11</sup> Mais informações sobre índices eleitorais por gênero e raça podem ser encontradas em: [https://inesc.org.br/em-10-anos-representatividade-racial-avanca-pouco-na-politica/?gad\\_source=1&gclid=CjwKCAiAneK8BhAVEiwAoy2HYRygtBnguOpSZr\\_mWhZqG3ACuHpJrSPOXbvRArkLFA-XMItK1YBHJhoC9HoQAvD\\_BwE](https://inesc.org.br/em-10-anos-representatividade-racial-avanca-pouco-na-politica/?gad_source=1&gclid=CjwKCAiAneK8BhAVEiwAoy2HYRygtBnguOpSZr_mWhZqG3ACuHpJrSPOXbvRArkLFA-XMItK1YBHJhoC9HoQAvD_BwE). Acesso em: 27 de jan. de 2025.

das muitas “Luízas” de nossos dias. Por isso, no capítulo V achamos necessário trazer alguns nomes como o de Mirtes Renata Santana de Souza, Karina Francisca Santos da Silva, Madalena Godiano e Madalena Santiago. Mulheres negras que assim como nossa personagem, estiveram ligadas a trabalhos domésticos e que de alguma forma foram vítimas da violência de seus empregadores e do Estado, ao não receberam a justiça que mereciam. Em dois destes casos, as Madalenas, não houve sequer reconhecimento de vínculo trabalhista, pois essas mulheres foram mantidas em condições de serviços análogos à escravidão.

**Imagen 4 - Capítulo V da HQ “Luíza: reflexões sobre a questão da mulher negra no Brasil”**



Fonte: Acervo próprio, 2022. A imagem contém algumas ilustrações que compõem o quinto capítulo da HQ. Nas, observa-se a professora que narra a história e algumas mulheres reais que na contemporaneidade passaram ou passam por injustiças que soam as permanências do passado escravocrata.

Conforme mencionado antes, nossa história em quadrinhos foi desenvolvida com o intuito de fornecer recursos didáticos que tratem desses temas nas salas de aula. Tal realização coaduna com a ampliação das reflexões sobre o racismo presente na sociedade brasileira como forte expressão da colonialidade, que engendrou a efetivação de ações governamentais no que diz respeito à promoção de Políticas de promoção da Igualdade Racial, como a Lei 10.639/03 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a partir da inserção dos artigos 26A E 79B, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas dos ensinos fundamental e médio. Vale ressaltar ainda que essa conquista foi ampliada com a Resolução CNE/CP 01/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, importante ganho na luta pela educação antirracista. A HQ pode ser lida na íntegra e gratuitamente tanto no repositório do

Programa de Pós Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco quanto através da plataforma Tapas.<sup>12</sup>

### Considerações finais

A utilização das HQs como recurso pedagógico no ensino de História destaca a relevância de uma didática crítica que integra uma epistemologia histórica e metodologias de aprendizagem específicas, conforme já discutido por Jörn Rüsen. Para nós, a adaptação do caso da cativa Luíza em uma narrativa visual revelou-se uma estratégia eficaz de apresentar as complexas dinâmicas sociais, econômicas e culturais do Recife no século XIX, proporcionando uma abordagem didática inovadora e acessível. Assim, ao utilizar a história em quadrinhos como meio, acreditamos ser possível não apenas envolver os alunos de maneira mais dinâmica, mas também promover uma reflexão crítica sobre questões de gênero e escravidão no Brasil.

A HQ *Luíza: Reflexões sobre a questão da mulher negra no Brasil* ainda desempenha um papel significativo no campo da História Pública ao tornar acessíveis ao público em geral discussões acadêmicas pertinentes e promover uma compreensão mais ampla e crítica dos eventos passados e contemporâneos. Tal pesquisa reafirma a importância de recursos didáticos inovadores na formação na consciência histórica que transcendem os limites tradicionais da sala de aula.

Ao democratizar o acesso a informações históricas e fomentar debates críticos, tivemos como objetivo contribuir para a formação de sujeitos mais atentos e comprometidos com a luta antirracista. Desta forma, não apenas buscamos cumprir com os objetivos acadêmicos, mas também desempenhar um papel essencial na transformação social, incentivando a reflexão e a ação em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

### Fontes

PERNAMBUCO, Memorial de Justiça. **Processo-crime:** “Homicídio Preta Luíza escrava”, caixa 258, MD 024. 1863 a 1866. Disponível em: <<https://www.tjpe.jus.br/web/memorial-dajustica/digital>>. Acesso em: 26 set. 2022.

**Diario de Pernambuco**, Recife, 22 de dezembro de 1863. Nº 393. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033\\_04&Pesq=%22Luzia%22&pag\\_fis=10264](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_04&Pesq=%22Luzia%22&pag_fis=10264)>. Acesso em: 26 set. 2022.

<sup>12</sup> Acesso à HQ: <https://tapas.io/episode/2961567>.

## Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Laís. (2006, December). Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e Cultura**, v. 9, n. 2, 2006, p. 257-265.
- AIZEN, Adolpho. **Grandes Figuras em Quadrinhos**. Rio de Janeiro: EBAL, 1959.
- ANÍSIO, Pedro. **A Independência do Brasil em Quadrinhos**. Rio de Janeiro: EBAL, 1972.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Mulher Negra no Mercado de Trabalho. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 479, 1995. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16466>>. Acesso em: 27 jan. 2025.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.
- ERREIRA, Claudia Aparecida Avelar; NUNES, Simone Costa. Mulheres negras no mercado de trabalho: interseccionalidade entre gênero, raça e classe social. In: **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – EnAnpad**, XLIII, São Paulo, 2-5 out. 2019. São Paulo: Anpad, 2019. p. 1-16.
- FRANCO, Emilly Gabriela Menezes. **A senzalla moderna é o quartinho da empregada: uma análise da relação entre patroas(ões) e trabalhadoras domésticas em relatos publicados na internet**. Revista Vernáluco. N<sup>a</sup> 48, 2021, p. 51-63.
- FREYRE, Gilberto; PINTO, Estevão. **Casa-grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Ebal, 1981.
- GÓIS, Emanuelle Freitas. **Mulheres negras e brancas e o acesso aos serviços preventivos de saúde**: uma análise sobre as desigualdades. Salvador, 2011, 82 fl. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Enfermagem, Programa de Pós Graduação em Enfermagem, 2011.
- GONÇALO JUNIOR. **A guerra dos gibis**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- LIMA, D. MOTA XAVIER de. História em quadrinhos e ensino de História. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 147–171, 2017. DOI: 10.20949/rhhj.v6i11.332. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/332>>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- MESQUITA, Joyce Conceição de. **O homicídio da escravizada Luíza**: um estudo de caso sobre as relações de poder e sociabilidade no Recife oitocentista. 2022. 105 fl. Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado Profissional em História, Recife, 2022a.
- PORTELA JÚNIOR, A.; LIRA, B. F. F. A.. Améfrica Ladina e a crítica à democracia racial em Lélia de Almeida Gonzalez. **Horizontes Antropológicos**, v. 28, n. 63, p. 105–131, maio 2022.
- QUEIROZ, Delcele Mascarenhas; SANTOS, Carlinda Moreira dos. As mulheres negras brasileiras e o acesso à educação superior. **Revista FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 71-87, jan / abr.2016.

ROCHA, Helenice. Linguagem e novas linguagens: pesquisa e práticas no ensino de história. In: MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Org.) **O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015. p. 97-119.

RÜSEN, jürn. **História Viva:** Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB, 2007.

RÜSEN, jürn. **Teoria da História:** Uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

SARAIVA, Rutiele Pereira da Silva. A mulher negra como “Outro do Outro”: interseções entre gênero e raça em Grada Kilomba e Lélia Gonzalez. **(Des)troços: revista de pensamento radical**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 78–90, 2022. DOI: 10.53981/destroos.v3i1.39026. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadestrocos/article/view/39026>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

VILELA, Marco Túlio Rodrigues. **A utilização dos quadrinhos no ensino de história: avanços, desafios e limites.** 2012. 319 folhas. Dissertação (Educação) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. São Paulo, 2012.